

# A EDUCAÇÃO NO CAMPO: REFLEXÕES SOBRE POSSIBILIDADES E REALIDADES

**Vera Lucia Gomes**

Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana.  
vera.lucia@ufms.br

&

**Valdênia Fernandes Eleotério**

Discente do Curso de Pedagogia do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.  
valdeniaeleoterioufms@gmail.com

**resumo:** Essa pesquisa teve como objetivo geral verificar como a educação do campo está organizada para atender as necessidades dos estudantes. A pesquisa foi realizada com três professores e três alunos de uma instituição universitária da zona rural de Aquidauana - MS. Observamos que a instituição organizou seu currículo para oferecer formação adequada de acordo com os cursos que oferece, entretanto falta apoio do poder público para melhor aproveitamento de todos os espaços e recursos do campus. Percebemos ainda, que os professores têm consciência da utilização de práticas pedagógicas diferenciadas mas ainda existe a necessidade do uso de recursos mais atualizados, como a tecnologia. O que incentivou os alunos a buscar os cursos oferecidos pela instituição foi a perspectiva de adquirir uma profissão, aumentar a produtividade e consequentemente sua remuneração.

**palavras-chave:** História; Educação do Campo; Políticas Públicas.

**abstract:** This research had as general objective to verify how an education of the field is organized to attend as needs of the students. The research was carried out with three teachers and three students from a university in the rural area of Aquidauana - MS. We observed that the organization organized its curriculum to offer an adaptation plan with the courses that, however, offers the support of the public power for the best use of all the spaces and resources of the campus. We also realized that teachers are aware of the use of differentiated pedagogical practices but there is still a need to use more up-to-date resources, as a technology. What encouraged the students to look for the courses offered by the institution for a perspective of acquiring a profession, increasing the productivity and consequently their remuneration.

**key-words:** History; Field Education; Public Policy.



estudo sobre a educação do campo possibilita análises e reflexões diante de sua construção histórica ao longo dos séculos, ficando evidenciada as lutas e discussões para ter sua importância reconhecida em meio a uma sociedade em pleno desenvolvimento industrial, movida pelo capital financeiro.

A visão acima explicitada já denota a forma depreciativa que essa população foi tratada no decorrer da história do país, onde o homem do campo para ter acesso à educação no local que estava inserido, teve que percorrer um longo caminho.

Esse acesso só foi possível depois da promulgação da constituição de 1934, onde a educação dos povos campestres foi garantida por lei, mesmo que as políticas públicas em quase sua totalidade fossem voltadas para as escolas dos centros urbanos, com currículo e metodologias que destoavam da realidade de vida desses povos.

Atualmente, existem políticas públicas específicas para desenvolver a educação do campo, com currículo que possibilita a apropriação de conhecimentos, para desempenhar a profissão escolhida, com valores ecológicos, políticos, morais, sociais, culturais e éticos.

Nesse sentido, o propósito dessa pesquisa foi verificar como a educação do campo está organizada para atender as necessidades dos estudantes.

## um recorte histórico

A origem da escola pública, laica, obrigatória, universal e gratuita, para formação do cidadão com os ideais revolucionários de igualdade, liberdade e fraternidade, foi fundamentada a partir do documento “Cinco memórias sobre a instrução pública”, criado por Condorcet<sup>1</sup> em 1791, na França, que traziam elementos

---

<sup>1</sup> CONDORCET, **Cinco memórias sobre a instrução pública**. Tradução de Maria das Graças de Souza. 1ª ed. Editora UNESP, 2008. 264 p.

que norteavam a difusão da escola pública, de forma que todos pudessem se desenvolver de forma plena, sendo competência do poder público,

oferecer a todos os indivíduos da espécie humana os meios de prover suas necessidades, de assegurar seu bem estar, de conhecer e exercer seus direitos, de entender e executar seus deveres; assegurar a cada um a capacidade de desenvolver seu engenho, de se tornar capaz para as funções sociais as quais tem o direito de ser convocado, de desenvolver toda a extensão de talentos que recebeu da natureza para estabelecer uma igualdade de fato entre os cidadãos e tornar real a igualdade política reconhecida pela lei<sup>2</sup>

Constatamos que já no século XVIII, havia indícios sobre uma preocupação com a educação voltada para o campo, pois foi proposta uma instrução universal que alcançava todos os cidadãos. Entretanto, devido as condições materiais que eram limitadas, o documento foi reformulado e os conhecimentos reduzidos em uma instrução apenas elementar e primária.

[...] Ensinar-se-á, nessas escolas a leitura e a escrita, o que supõe necessariamente algumas noções gramaticais. Acrescentar-se-ão as regras da aritmética: os métodos simples de mensurar exatamente um terreno; de medir uma toesa de edificação; uma descrição elementar da produção do país, dos procedimentos da agricultura e das artes [...]<sup>3</sup>.

Percebemos, que ao descrever o que seria ensinado nas escolas, na realidade era definido como um bom cidadão deveria se portar, pois os conhecimentos mencionados são mínimos para a boa convivência e desenvolvimento social, onde a produção do país estava diretamente ligada ao cultivo da terra.

Ainda nesse século, surgiu na França a Fisiocracia, movimento que defendia que a agricultura era o único meio para produzir riquezas, pois rendia muitos lucros a partir de poucos investimentos. Observamos um olhar voltado para a educação

---

<sup>2</sup> ALVES, Gilberto Luís. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. Ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p.48

<sup>3</sup> *Ibid.*, p.50-51.

do campo, ainda que de forma discreta, visto que seu foco maior era a formação do cidadão para consolidação da ascensão da pequena burguesia ao poder, mas isso não os impediu de ver de onde provia o desenvolvimento da nação em relação aos fatores econômicos.

Em 1758, Quesnay, pesquisador adepto da Fisiocracia, destacou a agricultura como sendo a fonte de riquezas da nação e a necessidade de uma escola que oportunizasse um ensino que capacitasse para as profissões, principalmente para aquelas voltadas a agricultura, pois “as diferentes maneiras de tratar as terras que cultivamos e as causas que para isso contribuem decidem os produtos da agricultura. É preciso bem conhecer os diferentes tipos de cultivos para julgar a situação atual da agricultura no reino”<sup>4</sup>

O referido autor atribuía a produção de riquezas sociais muito além da materialidade física dos meios de produção, uma vez que nesse processo haveria um leque de conhecimentos diretamente ligado a terra e a agricultura, como fonte de multiplicação no processo de produção, onde a mudança do homem do campo (agricultor) para a cidade prejudicaria a produtividade. Em 1966, algumas obras já sinalizavam a necessidade da educação para fixação e desenvolvimento do homem do campo.

Que os filhos dos rendeiros se fixem nos campos para aí perpetuarem os lavradores: porque se quaisquer opressões o fizerem abandonar os campos e os levarem a retirar-se para as cidades, eles levam consigo as riquezas do seu país, até aí empregados no cultivo<sup>5</sup>.

Percebemos, a importância do agricultor permanecer no campo, devido aos valores econômicos, sociais e culturais que produzem nesse ciclo de construção de vida diretamente ligados ao progresso. Se acontecesse um êxodo rural, levavam consigo os conhecimentos teóricos e práticos, que acumularam durante toda a vida e que em parte não serviria para sua vivência nos centros urbanos, onde a máquina já transformou o conhecimento que o homem detinha no processo artesanal em simples força de trabalho. Dessa forma, esse homem campestre no contexto social capitalista, seria só mais um explorado pelo avanço tecnológico.

---

<sup>4</sup> QUESNAY, François. **Quadro Econômico: Análise das Variações do Rendimento de uma Nação**. Prefácio de Bento Murteira e Tradução e Notas de Teodora Cardoso. Lisboa: 3. Ed. Editora: Fundação Calouste Gulbenkian. 1966, p. 73.

<sup>5</sup> ALVES, 2006. op. cit. p. 69.

No Brasil, desde o período da colonização, a educação não era prioridade, visto o estágio primitivo que os representantes da coroa portuguesa encontraram nas populações indígenas, onde as crianças recebiam educação por meio do convívio familiar nas atividades tribais, isso acontecia até a fase adulta. Com o intuito de apoiar a administração e o processo de colonização, por meio das capitânias hereditárias, criou-se o governo geral que veio representado por Tomé de Sousa.

Como as políticas educacionais eram regidas pela coroa portuguesa, a educação ficava restrita somente para as elites. Negros, índios, colonos e escravos africanos eram excluídos desse processo, a não ser no âmbito das missões e reduções.

Com a vinda de D. João VI para o Brasil, após a França invadir Portugal, alguns avanços aconteceram. A colônia vira sede da coroa portuguesa, sendo necessárias transformações, reorganização administrativa e social, que impulsionaram o desenvolvimento da vida urbana, pois vieram com a coroa mais de 15.000 mil pessoas, fazendo-se necessário mudanças no campo intelectual. Criaram assim, a imprensa régia, biblioteca pública, jardim botânico, museu nacional, órgãos institucionais e cursos para o preparo desse pessoal, que nada mais eram que aulas régias com baixa qualidade literária, devido as condições imediatistas da época. Da fase de império à república, a educação se consolida mais uma vez elitista, onde uma pequena minoria que tinha acesso, aprendia o básico do ensino primário, que nada mais era que ler, escrever e contar.

Apesar do Brasil ter sua origem no ambiente rural, percebe-se que a educação do campo não é tida como relevante na construção desse processo histórico. Entre 1890 e 1920, na primeira república, ocorreram movimentos importantes no campo educacional, com o aumento populacional advindo do tráfico de negros africanos e dos imigrantes atraídos pela lavoura cafeeira do sudeste, onde viam a possibilidade de recomeçarem suas vidas.

No início da República, 60% da população do país, vivia na zona rural. Era o fim da escravidão e a taxa de analfabetismo chegava a 45%. Nesse período se consolidou o desenvolvimento industrial urbano e as altas transações comerciais, diante da mudança do quadro social e econômico. Então, foi necessário a qualificação profissional dos trabalhadores não só para os centros urbanos mas também para o campo, pois o trabalho que até então era executado por escravos passaria aos homens livres, sendo necessário ter conhecimento para isso.

No período de 1910 à 1930, diversas reformas educacionais se espalhavam por todo o país, sendo que em 1922, aconteceu a Reforma de Lourenço Filho no Ceará, que tinha entre seus objetivos,

[...] reformar o ensino estadual, que então se encontrava em situação de extrema precariedade, com professores semianalfabetos, falta de escolas e uma taxa de analfabetismo na casa de 80%. Seu primeiro esforço foi levar a educação ao meio rural. Selecionou 100 escolas e aplicou nelas o Método das escolas das cidades [...]<sup>6</sup>

Constatamos que, mesmo com a dificuldade em erradicar o analfabetismo, devido à ausência de estruturas físicas adequadas e profissionais qualificados, a educação não considerava as especificidades de cada região e o erro em utilizar um mesmo método nas escolas do meio rural e urbano persistia.

Em 1930, criou-se o Ministério dos Negócios Interiores da Educação e da Saúde, que tinha como objetivo valorizar as atividades produtivas, a educação moral, a disciplina no trabalho, moldando as pessoas para obedecer às leis e terem boa conduta.

A partir da construção do processo de industrialização, que provocou mudança de uma sociedade rural e agrária para uma urbana e industrial, na segunda metade do século XIX, o homem campestre viu a possibilidade de se livrar do peso do trabalho braçal e, algumas famílias começaram a enviar seus filhos para a cidade em busca de novas oportunidades. Inicia-se um processo de êxodo rural intenso. Essa migração caracterizou um contingente assustador quanto ao número de analfabetos que ocupavam os grandes centros urbanos, excluídos e colocados à margem da sociedade, por não deter um mínimo de conhecimento para integrar o quadro de desenvolvimento das forças de produtividade do país.

Com o objetivo de controlar esse processo migratório e elevar a produtividade no campo, iniciou-se a educação do campo por meio da Constituição Federal de 1934, em seu Art. 156 onde,

A União os Estados e os Municípios aplicarão nunca menos de 10% e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. Parágrafo Único. Para realização do ensino das

---

<sup>6</sup> BOMENY, Helena. **Reformas Educacionais**. S.d. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>. Acessado em 15.11.2016.

zonas rurais, a união reserva no mínimo vinte por cento das cotas destinadas a educação no respectivo orçamento anual<sup>7</sup>

Entretanto, nem todas as famílias tinham recursos econômicos para enviar seus filhos para os grandes centros urbanos, visto que a maior parte da população eram de pequenos produtores com uma cultura de cultivo de subsistência, outras não viam a necessidade dos mesmos obterem uma educação formal, pois além de serem uma mão-de-obra a menos no campo, não entendiam como o conhecimento adquirido nas escolas poderiam auxiliar no cultivo da terra. Segundo Romanelli (2002),

o campo ainda não foi atingido, pelo menos em sua maior parte, pelas transformações nas relações de produção que o capitalismo introduz e conseguiu introduzir, com a industrialização, na zona urbana. A sociedade agrária brasileira fundamenta-se ainda em relações de caráter semifeudal e em processos arcaicos de produção. Dominando vastas áreas do território, o latifúndio impede a modernização dos fatores de produção, e com isso, a introdução da necessário qualificação mínimo que a escola deve dar. Parece, pois, admissível, embora não estejamos munidos de dados mais preciso para comprová-lo que a procura da escola seja menor no campo do que na cidade, pelo menor grau de motivação capazes de impulsionar as populações agrárias em direção a educação escolar. E essa falta de motivação se prende, sem dúvida alguma, à estrutura do sistema econômico agrícola, à forma como se processa o setor primário de nossa economia, que não exige um mínimo de qualificação para o trabalho dada as formas tradicionais de produção<sup>8</sup>.

Mesmo com as reformas educacionais em todo o país, o nível de analfabetismo ainda era muito expressivo em plena ditadura militar (1964-1985). Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 1970 reportam que o número de analfabetos no campo eram três vezes maiores do que nos centros urbanos, pois de “6.135.785 crianças que não frequentavam escola nesse ano, 4.927.056,

<sup>7</sup> BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1934. Rio de Janeiro. Senado, 1934.

<sup>8</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. 27 Ed. - Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002, p. 84.

ou seja 80,30%, pertenciam a zona rural. Em números relativos portanto, cresceu o contingente de marginalizados pelo sistema nessa zona[...]”<sup>9</sup>.

Em 1988, quando foi promulgada a nova Constituição Federal, que assegurava uma educação de qualidade para todos sem discriminação, igualdade de acesso, obrigatoriedade e gratuidade do ensino público, começaram a surgir algumas mudanças acerca da educação de maneira geral, entretanto não cita especificamente a educação no campo. Somente em 1996, com a aprovação da LDB 9394/96, que a educação do campo foi contemplada no Art. 28, onde estabelece que,

na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.<sup>10</sup>

Ter esses direitos assegurados sob forma de lei foi um avanço relevante para os povos do campo, que requerem políticas públicas voltadas para as especificidades de cada região, valorizando o papel que desempenham no desenvolvimento do país.

A nível regional, a educação do campo no estado do Mato Grosso, teve indícios relacionados com o final da guerra do Paraguai (1965-1970). O então representante da nação Coronel Cândido Rondon criou vários postos militares, vilas e regimes de aldeamentos de índios em todo estado, num processo de posse territorial, demarcação de terras e desenvolvimento social e político. Nesse processo de posse da terra, começaram vários combates pois os índios, que lutaram na referida guerra, perderam suas terras para grileiros e fazendeiros. Devido a vários confrontos, grande número de indígenas morreram, chamando a atenção não só de autoridades nacionais como internacionais.

Criou-se então, o Serviço de Proteção ao Índio - SPI, órgão responsável por defender os direitos desses povos. Em cada posto do SPI, eram assentados índios,

---

<sup>9</sup> Ibid., p. 93.

<sup>10</sup> BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

sertanejos e imigrantes que vinham trabalhar na plantação e cultivo da erva mate. Foram criadas então, escolas para acelerar o processo de civilização desses que não eram considerados civilizados, sedimentando uma política de nacionalização, despertando o patriotismo pelo hasteamento da bandeira, canto dos hinos militares e nacional, num processo de rituais cívicos. A professora era uma pessoa sem qualificação e não detinha o menor conhecimentos de práticas pedagógicas, ensinava de maneira artesanal a ler e escrever através de cartilhas, além de técnicas agrícolas para o plantio, cultivo e colheita, visando o desenvolvimento econômico do Mato grosso no cenário nacional.

Segundo Oliveira (2006),

essa prática de nacionalização do indígena esteve presente em quase todos os postos indígenas, onde a professora dos índios era quase sempre a esposa do encarregado do posto, frequentemente uma pessoa sem qualificação para essa prática. Os postos preparavam as crianças indígenas para a integração no mercado regional à medida que aceitavam também como alunos os filhos de colonos, dos empregados dos postos e de fazendeiros vizinhos. As escolas dos postos não se diferenciavam das escolas rurais, dos métodos de ensino precário, a falta de formação de professor. O uso de material didático era padronizado. Do ensino artesanal e da alfabetização não permitiam o sucesso de qualquer reformulação educacional.<sup>11</sup>

Podemos observar, que a educação era oferecida com uma prática pedagógica e um método de ensino comum, destinados a vários povos de culturas, saberes, e vivências diferentes, onde o ensino/aprendizado devia ter pouco significado para essas diferentes populações. Uma prática de imposição de culturas e saberes, que divergiam em parte das necessidades da população, ficando evidenciado que a educação de cada lugar é definida pela força do capital, que se torna determinante quanto ao modelo educacional que deve ser seguido.

---

<sup>11</sup> OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil.** - Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED / Museu Nacional, 2006, p. 124.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana<sup>12</sup>.

A partir da promulgação do Direito de Todos à Educação garantido pela Constituição Federal (1988), os estados assumiram o compromisso de “promover a educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais”. E em 1996, observamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96 - LDB- Lei n.º 9394/96, reconhece a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e a diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural. (Art. 3º, 23, 27, 28 e 61)

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.<sup>13</sup>

Legalmente a educação do campo estava regulamentada, mas na realidade ainda seguia a proposta curricular das escolas urbanas. Com o início das reivindicações dos povos do campo por uma educação que fosse voltada para sua realidade de mundo, de vida, de lugar, pela cobrança de seus direitos a respeito de uma educação de qualidade e específica, foram elaborados elementos para formular em 2003, o Programa Nacional de Educação do Campo - SECADI - MEC.

---

<sup>12</sup> BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo. Marcos Normativos.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Brasília, SECADI, 2012, p. 8. Disponível em [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_educ\\_campo.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf). Acessado em 05.11.2016.

<sup>13</sup> BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

Começava a ser traçada uma nova realidade que contemplava essa busca de identidade educacional, com um currículo voltado para a educação do campo, com novas tecnologias pedagógicas, com relação entre a educação básica e o desenvolvimento de políticas públicas, considerando os fatores culturais, regionais e sociais. O processo de construção do conhecimento teórico, deveria ser aplicado na prática proporcionando aos indivíduos, condições de transformar não só a si mas também o meio social em que vive, tornando-se crítico e participativo, evitando assim o êxodo rural, muito frequente na história do país.

Assim, percebemos que a Educação do Campo é nova, que ainda requer muito estudo e discussão, pois se construiu a passos lentos no cenário histórico nacional, e que a base de sustentação de seu processo de construção tem que ser trabalhado na tríade: campo-políticas públicas-educação. A adaptação regional é um item que deve ser considerado na elaboração do currículo escolar.

Entretanto, notamos que a população em geral ainda não consegue compreender as diferentes características em termos de currículo de uma escola urbana para uma escola do campo. O homem do campo precisa de educação formal, necessita de novos conhecimentos, plantar e colher não é o suficiente.

Percebemos, assim, que a construção pedagógica da educação do campo ainda é fragmentada, que não atende as necessidades da maioria da população, elaboram currículos sem conhecer a realidade dos povos e suas regiões.

Por se tratar de uma política em construção voltada para uma população que a anos reivindica seus direitos por uma educação formal, de qualidade, onde suas crianças não precisem sair de seu espaço de construção de vida, ou seja, o direito de serem educados no lugar onde vivem, muitos ainda desconhecem sua conceituação e a que público se destina com seus métodos e currículos específicos. Segundo a Resolução CEB/CNE Nº 2 de 28 de abril de 2008, que estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas para a Educação Básica do Campo no artigo 1º.

A Educação do Campo compreende em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível Médio e destina-se ao atendimento as populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais,

ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros<sup>14</sup>.

A abrangência da educação do campo contempla a grande massa social marginalizada do nosso país, é visível que mesmo no universo acadêmico não se tenha conhecimento preciso de sua conceituação, de como originou-se e nem de que forma foi produzida. O estudo tentou sanar algumas das indagações que a princípio levou a pesquisa do referido tema, e que possibilite despertar um olhar mais sensível para essa população que tem lutado há muito tempo pelo seu reconhecimento e valorização.

## **delineando a pesquisa**

Diante da necessidade de se conhecer mais a realidade descrita e a partir de reflexões sobre como as escolas do campo estão organizadas para atender seus objetivos e pressupostos legais, surgiu o interesse pela pesquisa. Em busca de respostas alguns questionamentos foram levantados, como: a educação do campo está atendendo as necessidades dos estudantes? Como é o perfil do aluno que frequenta essa modalidade de ensino? O currículo como está sendo desenvolvido, atende as expectativas dos alunos?

Para responder a esses questionamentos essa pesquisa teve como objetivo geral verificar como a educação do campo está organizada para atender as necessidades dos estudantes e como objetivos específicos: identificar o perfil e as expectativas dos alunos da escola do campo; analisar os procedimentos metodológicos na escola do campo; verificar se o currículo atende a necessidade do curso.

A natureza da pesquisa segue uma abordagem qualitativa de natureza descritiva, com uma pesquisa de campo, utilizando a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, realizadas com três alunos identificados como aluno A, B e C e três professores (Prof. A, B e C).

Esse tema foi escolhido com base no estudo da disciplina de Educação do Campo, da graduação de Pedagogia, surgindo a necessidade de conhecer a realidade

---

<sup>14</sup> BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Resolução 02 de 28 de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.** Brasília, 2008.

de uma instituição que tivesse seu currículo totalmente voltado para essa área, contrapondo a parte teórica com a prática.

Escolhemos como fonte de pesquisa uma instituição universitária situada em uma fazenda da zona rural da cidade de Aquidauana no estado do Mato Grosso do Sul, que atende aproximadamente 153 alunos nos cursos de agronomia, zootecnia e engenharia florestal. Segundo o Prof. A, a escola possui laboratórios de pesquisa e ensino, produção de viveiros criados pelos próprios acadêmicos, hortas, criação de animais em geral e produção de queijos dentre outras atividades.

Atendendo ao objetivo específico de identificar o perfil e as expectativas dos alunos da escola do campo, constatamos que a maioria (Aluno A e C) tem origem campestre onde os pais já possuem algum tipo de empreendimento na área. Esses alunos escolheram os cursos referentes a educação do campo por se identificarem com o ambiente e as disciplinas estudadas. Buscam conhecimento científico para desenvolver novas técnicas de produção e manejo da terra e criação de animais, para aumentar a produtividade e o capital financeiro. Para um significa mudança, expectativa de melhora de vida como é o caso do aluno B “escolhi o curso porque quero mudar de vida, trabalho há 12 anos como metalúrgico em turnos variados, uma profissão desgastante pelas noites seguidas sem dormir. Com esse curso posso crescer profissionalmente uma vez que a área escolhida me oportunizará vários campos de atuação” e como os demais pesquisados, também foi motivado pela remuneração que a nova profissão lhe possibilitará.

O aluno B, oriundo da zona urbana relata que sua adaptação no ambiente, demorou um pouco a acontecer, pois o público que frequenta esse espaço acadêmico tem modo de ser, de agir, gostos e costumes diferentes dos oriundos dos grandes centros urbanos. Relatou que no início há um choque cultural, mas que agora já está totalmente adaptado e não foi discriminado em nenhum momento.

Analisando os procedimentos metodológicos na escola do campo, constatamos que devido à localização do campus em uma reserva extensa de terras arborizadas, oportuniza que “o aprendizado seja voltado para a preservação, a sustentabilidade e o desenvolvimento de novas técnicas educacionais para o aprimoramento do aprendizado” (Prof. B). Para a Prof. A, “a vantagem do ensino-aprendizado nessa área é que o conhecimento é voltado para o campo, assim o agrônomo, o engenheiro florestal e o veterinário acumulam conhecimentos mútuos utilizando a interdisciplinaridade, que tem como vantagem principal o simples fato de abrir a porta da sala de aula e o espaço universitário se transformar em um grande laboratório por conta de sua localização”. Com esse laboratório vivo, é possível relacionar teoria e prática e segundo Freire (1987),

[...] se os homens são seres do que fazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que o fazer é práxis, todo fazer do que fazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine. O que fazer é teoria e prática. É reflexão e ação.<sup>15</sup>

De acordo com a Prof. C, “A prática acontece sempre muito perto da teoria, mesmo quando as aulas não são no campo os exemplos, as imagens e atividades sempre tem o viés da vivência no campo, mesmo nas disciplinas básicas”.

Os alunos entrevistados foram unânimes quanto a importância que as atividades práticas tem na aquisição do conhecimento com propriedade. Sendo que dois (Aluno B e C) reclamaram que algumas disciplinas poderiam ter mais atividades práticas ou ainda, que “o espaço que a instituição está inserido é único, sendo relevante no processo de construção do conhecimento através da prática, mas que poderia ser melhor equipado, posto que não é aproveitado como deveria”. (Aluno A)

Ainda sobre a metodologia utilizada pelos professores para o processo de ensino aprendizagem, os alunos A e B consideram que precisa de mudanças, “não é porque é uma instituição que é voltada para a educação do campo que não deve se implementar tecnologias nas práticas pedagógicas e no meu curso então, não tem materiais específicos no laboratório, falaram que vai chegar” (Aluno B). O aluno C, alega que os laboratórios são desprovidos de equipamentos para desenvolver a parte prática prevista no curso, “essa falta de materiais compromete quase que totalmente o aprendizado, terei que buscar no estágio o conhecimento prático que deveria construir no espaço do laboratório”.

Segundo a Prof. A, os laboratórios são bem equipados, tendo como ponto negativo a demora na reposição de algum equipamento quando danificado, devido a burocracia do processo de licitação mas que essa situação não compromete o aprendizado, contradizendo a opinião dos acadêmicos.

Outra forma de desenvolver as atividades, são as visitas técnicas realizadas às empresas nas áreas específicas de cada curso, para que os acadêmicos conheçam a realidade da profissão escolhida e as áreas de produção e serviços, bem como participar de palestras. Segundo a Prof. C, esse contato direto do futuro profissional com a empresa desperta entusiasmo no aluno ampliando seu interesse e ao

---

<sup>15</sup> FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987, p.121.

retornarem as práticas, é visível o interesse e a rápida compreensão quanto aos conteúdos ministrados.

Entendemos que o currículo deve oportunizar aos acadêmicos o desempenho das funções nas áreas da produção, colaborando para o crescimento econômico, pessoal, em pesquisas e na preservação do ambiente. Deve também respeitar as especificidades locais, com conteúdos que possibilitem o aprimoramento das atividades desenvolvidas na zona rural,

[...] que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.<sup>16</sup>

Levando em consideração que o currículo deve seguir uma base nacional comum, e ser complementada, de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos alunos, questionamos se o currículo atende as necessidades do curso. Percebemos que as disciplinas foram estruturadas e para os alunos A e C, a nova organização oportuniza maior conhecimento. Para o aluno B, o currículo “atende todas as necessidades para a construção de conhecimentos que requer a profissão, mas a realidade local está sendo pouco considerada, e as práticas pedagógicas deveriam ser implementadas com tecnologias mais modernas”.

A nova organização foi relatada pelo Prof. B “procuramos a cada 5 ou 6 anos, revermos o projeto pedagógico do curso e atualizá-lo de acordo com os documentos e o perfil da região, para que os alunos tenham formação apropriada, para a demanda da nossa região”. As demais professoras responderam o currículo atende as especificidades e diversidades das áreas de conhecimento de cada disciplina.

---

<sup>16</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC/CNE, 2001, p.41.

## considerações finais

O compromisso de oferecer educação que atenda as especificidades de todos os alunos, para seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, deve envolver todas as etapas e modalidades da educação, inclusive a educação do campo.

Sabemos que atender as peculiaridades presentes na educação do campo requer mudanças de paradigmas, recursos e práticas diferenciadas, considerando o meio em que o estudante está inserido. Políticas públicas educacionais e legislações, foram elaboradas para garantir essas mudanças, entretanto, por meio dessa pesquisa, percebemos que ainda não estão atendendo a todas as necessidades do curso.

Atendendo ao objetivo geral da pesquisa, percebemos algumas dificuldades na educação do campo, sendo necessário realizar adaptações para que atenda o perfil dos acadêmicos e as especificidades do currículo.

Com os dados coletados pelas entrevistas percebemos que ainda existe carência de materiais e recursos, itens essenciais, que impossibilitam o desenvolvimento prático desse futuro profissional, o que pode comprometer a construção do processo de ensino aprendizagem, originando lacunas no conhecimento.

Verificamos que a instituição tem o espaço físico ideal para atender as propostas do curso e que os professores tem consciência da utilização de práticas pedagógicas diferenciadas, mas ainda existe a necessidade do uso de recursos mais atualizados como a tecnologia e laboratórios bem equipados. Constatamos ainda, que o que incentivou os estudantes a frequentarem a educação do campo foi a perspectiva de se profissionalizar, adquirir conhecimentos para aumentar a produtividade e conseqüentemente a remuneração.

A intenção da pesquisa não era encontrar respostas para todos os problemas, mas chamar atenção para a organização e cumprimento do que está previsto legalmente para a educação do campo, considerando o papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade, enquanto direito inalienável de todos os cidadãos.

Enfim, muito se evoluiu, a educação do campo é uma modalidade nova de ensino, e já foi inserida como disciplina nos cursos de licenciaturas para atender as necessidades dessa população oriunda da zona rural, políticas nacionais educacionais foram elaboradas, espaços específicos implantados, entretanto, ainda há muito o que se fazer, é uma política de atendimento que está em construção e necessita do envolvimento de todos.

Com o resultado dessa pesquisa, finalizamos com muito mais questionamentos que certezas, sendo necessário sua continuação em busca de soluções que proporcionem um melhor aproveitamento dos espaços existentes com currículos específicos e professores com formação e práticas pedagógicas adequadas para oportunizar o sucesso acadêmico e conseqüentemente uma formação profissional de excelência.